

VII. CAMINHOS DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES AFRICANOS NO MUNDO E NO BRASIL: CHEGADAS, ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA, SOCIALIZIDADES, DILEMAS E RETORNOS POSSÍVEIS

Ismael Tcham¹

Resumo

O presente trabalho tenta propor algumas reflexões, sobre a dimensão humana, política e econômica da circulação dos estudantes africanos no mundo. Em primeiro momento procuramos demonstrar como o interesse pela afirmação ideológica a nível mundial favoreceu abertura de vagas para os estudantes africanos em várias universidades europeias depois da Segunda Guerra Mundial, e como os mesmos interesses travestidos operam hoje, no estreitamento de acordos educacionais entre os países africanos e as novas potências econômicas emergentes/periféricas: Brasil, Índia e China. Em segundo, refletimos além de arranjos das instâncias oficiais, apanhar o discurso vivo dos estudantes do Programa Convênio de Graduação/PEC/G, sobre uma variedade de questões transversais às suas relações sociais, institucionais no Brasil.

Palavras-chaves

Africanos. Mobilidade. Instituição. Sociabilidade. Interação.

Abstract

This work tries to propose some reflections on the human, political and economic dimension of the African students circulation in the world. Firstly we try demonstrate how the interest in ideological assertion globally favored openness for African students in several universities in Europe after the World War II, and how the same disguised interests operate today, the narrowing of educational agreements between African countries and new emerging economic powers/peripheral: Brazil, India and China. Secondly, we reflect beyond the official authorities arrangements, to catch the live speech of the Undergraduate Program Agreement/PEC/G students about a variety of cross-cutting issues to their social relations, institutional in Brazil.

Keywords: African. Mobility. Institution. Sociability. Interaction.

1 Estudante do Curso de Doutorado em Antropologia – PPGA/UFPE

Introdução

A investigação sobre a presença dos africanos no Brasil está em fase incipiente e é uma população que ainda pouco seduz os pesquisador/as brasileiro/as. Contudo, Já existem alguns estudos sobre parte desta população, especialmente a que está vinculada às Instituições de Ensino Superior. Tais estudos se concentram na perspectiva de sublinhar o processo de exteriorização das universidades brasileiras, salvo o trabalho do Alan Kaly, intitulado *O Ser Preto africano no “paraíso terrestre” brasileiro*. Este autor apresenta argumentos, com base na própria experiência sobre o racismo e, traz ao lume evidências que corroboram para o entendimento de que “negro vítima de racismo no Brasil, não é apenas o negro pobre”. Outro trabalho distinto sobre esta população no Brasil foi o de Carlos Subuhana. Ele delineou a trajetória dos estudantes moçambicanos nas Instituições de Ensino Superior no Estado de Rio de Janeiro.

O pioneirismo que caracteriza esses trabalhos faz deles uma referência essencial na medida em que fornecem vários elementos empíricos e múltiplas pistas etnográficas sobre as vivências desses atores sociais no Brasil. Contudo, optamos em percorrer um caminho diferente o qual consiste em trazer à superfície um conjunto de questões que envolvem a chegada e permanência dos estudantes no Nordeste do Brasil, mas não para dar um curo à falta de um quadro empírico e teórico sobre assunto, apenas refletir sobre as lógicas de interações de estudantes africanos entre si e as suas vivências nas universidades e nas cidades que os acolhem.

Educação Superior Itinerante: estudantes africanos no mundo

A primeira mobilidade de jovens estudantes africanos, em especial os guineenses para fora do continente africano, selecionados pelos movimentos da libertação ocorre em direção aos países comunistas, em particular aos países integrantes da Antiga União Soviética, Cuba e República Democrática de Alemanha, na época sob o domínio do extinto regime soviético. Estes eram selecionados com base nos critérios do partido. Sabe-se hoje, que tais convênios educacionais com o regime soviético e cubano na década de 1960, que se prolongou até os primeiros anos da década de 90 de século XX, deve-se em parte pelo fato da formação de dois blocos (capitalista e comunista) opostos e, em equilíbrio de força que se constituiu na Europa e nos Estados Unidos da América, em consequência dessa polarização do poder sócio-político e econômico, outros países como os da África e Ásia, passaram a ser cobiçados pelas potências (EUA e URSS), posto que tinha em vista atingir objetivos decisivos para a dominação mundial, contando com o voto destes países independentes ou em vias da independência no Conselho de Segurança das Nações Unidas, criada logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1945.

O que se observa, entretanto, é que os soviéticos se propuseram em apoiar os movimentos independentistas na África, desde a aquisição de armamentos até a instrução de lideranças de movimentos ou partidos e prosseguiram também na formação da segunda geração de cidadãos africanos. Enquanto os Estados Unidos da América² atuava no campo

² KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*, Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002, p. 111.

político e científico simultaneamente promovia as independências das coloniais europeias na Ásia, assim como operava para impedir os países pobres fossem controlados pelos comunistas. É importante observar que, no caso do PALOP depois das independências políticas na década de 1970, um dos principais fatores que vão corroborar para redefinir as rotas de imigração para os estudos é o fim da União Soviética, no final da década de 1980. Esse evento desencadeou um processo de realinhamento político e ideológico para compor uma nova e “única” ordem mundial. Tal processo decretava a obrigatoriedade de requalificação de recursos humanos. Nos países africanos, em particular no PALOP. Na Guiné-Bissau, não havia instituições de ensino superior nem por herança colonial e nem implantado por governos subsequentes, sobre os quais incidiam a responsabilidade de atender as exigências do mundo capitalista. Em Angola e Moçambique, os estabelecimentos de ensino secundário e superior também tinham sido debilitados durante décadas de guerra civil. Assim, a demanda à formação e requalificação profissional, isto apenas seriam possíveis de serem cumpridas através de acordos educacionais por meio de parcerias internacionais.

Paradoxalmente, muitos estudantes que tinham realizado suas formações superiores em Cuba e na Antiga União Soviética, começaram a serem negligenciados em vários setores do funcionalismo público, estes eram apontados de privilegiarem demais as concepções teóricas e técnicas do Marxismo-Leninismo, tidos como superados. Assim, instala-se em diferentes níveis de administração pública uma espécie de “guerra fria” entre os intelectuais orgânicos no contexto palopiano (o termo adotado para se referir coletivamente os cidadãos do PALOP).

Mas, a conjuntura econômica que se projetava com vigor na época era largamente desfavorável à elite bolchevista dominante. Em decorrência deste fato, muitos daqueles cidadãos que haviam realizados seus cursos nos países comunistas haveriam de procurar outros pólos universitários no intuito de requalificação profissional.

Um outro aspecto importante que vai corroborar na redefinição da imigração dos estudantes africanos é a formação de uma elite crioula depois das independências políticas na década de 1970. O período após a independência, houve grande retorno dos cidadãos “lusopalianos ou mestiços” e seus descendentes, em particular para a Guiné-Bissau, estes formariam junto com os “assimilados” distintos “guetos urbanos crioulistados”, rapidamente conseguiam espaços nos setores importantes da estrutura governamental. Com efeito, gozavam de privilégios, tais privilégios se estendiam a seus parentes, podendo inclusive escolher as universidades estrangeiras para estudar, geralmente se dirigiam para a Europa Ocidental e a América do Norte, enquanto outros destinos como a Rússia, Cuba e países da África do Norte se tornariam quase a única opção possível de estudo para os estudantes oriundos de famílias nativas e camponesas.

Ademais, um fato curioso é que os estudantes guineenses, que se dirigem para o Brasil, e outros destinos que não sejam Portugal, em muitos casos são subestimados e vivem com certa desvantagem em termos de reputação acadêmica, pois, estudar nas universidades de países colonizadores, por si só é algo representativo e é carregado de simbolismo. Embora o tempo tenha atenuado a preferência por certos destinos como o próprio Portugal, muitos estudantes, ainda têm esses países como a

primeira opção para cursar o ensino superior. É verdade que, a dinâmica contemporânea de globalização exige-nos o domínio de um segundo idioma como requisito imprescindível para a atuação profissional. Mas, para uma parcela importante da população nas Áfricas Pós-Coloniais, o que ainda permanece de fato é a necessidade de aprender escrever e falar a língua do colonizador.

Assim, pensa-se que o refinamento de certos valores só se viabiliza nas universidades portuguesas, devido não apenas pela precariedade a que foi submetida à educação escolar no contexto palopiano, mas também pelo imaginário de que a pessoa pode com isso elevar-se ao patamar “civilizacional” em relação aos nativos que se quer falam “crioulo” ao menos ainda o português adotado como idioma oficial. Essa questão parece ser um dos fatores que seduzem os palopianos a estudar, por exemplo, em Portugal, já que em outras universidades o domínio da língua portuguesa tornar-se-á eminentemente débil apresentando características e marcas linguísticas alheias ao português “original”, além de haver obstáculos em erradicar por completo os sinais linguísticos já existentes derivados das línguas nativas. Ao apropriar-se de símbolos ocidentais como a língua, isto, basta para um crioulo puder se impor e subjugar a maioria da população nativa que “prefere manter intactas” suas tradições e costumes próprios. Esta lógica de colonialismo interno³, também é demonstrada por alguns estudiosos:

entre os “guineenses a pertença crioula” atribui aos indivíduos à oportunidade de uma rápida ascensão social, ao contrário de camponeses e seus descendentes menos crioulistizados, tornar-se-ão muito mais difícil de ter

³ SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

acesso às instituições estatais e menos ainda à possibilidade de sucesso.⁴

Os teóricos pós-coloniais⁵ preocupados essencialmente, em discutir as relações geradas no encontro colonial, haviam assinalado que as premissas lógicas da ordem social colonial continuam a agir, mesmo com a mudança de personagens e de nomenclaturas coloniais⁶. Apesar de conflitos que essas questões alimentam pouco se têm suscitado interesse a um debate amplo.

Outros tempos, outros parceiros, outros lugares para estudar.

Um exame mais pormenorizado do cenário político, no continente africano contemporâneo revela mudanças rápidas no campo Diplomático. Em termos da influência política e econômica, os espaços e privilégios políticos que antes eram exclusivamente exercidos por antigas potências econômicas em África, agora estão sendo cada vez mais deslocados e dominados por países como Brasil, China e Índia, encontrando pelo caminho apenas a resistência heroica dos EUA e União Europeia.

Curiosamente, evidenciamos que as estratégias atuais de conquista de parcerias para o comércio e a necessidade de uma ascensão política no âmbito internacional das novas potências mundiais pouco ou nada mudou em relação aos embates ideológicos ocorridos em África, nas décadas de 50 e 60 do século XX, entre os blocos rivais no intuito de dominar o mundo. Nas últimas décadas do século XX e, no

⁴ AUGEL, Moema Parente. *O Desafio de Escombro*: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 40.

⁵ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Porto: Paisagem, 1975.

⁶ APIIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 121.

início deste milênio, as novas “potências econômicas periféricas”, têm ampliado sua presença no continente africano com uma multiplicidade de ações possibilitando abertura de novas perspectivas de cooperação em vários domínios. Por exemplo, o Brasil tem avançado e estabelecido em África, apostando nos vínculos históricos e culturais que se derivou do tráfico transatlântico de homens e mulheres africanos escravizado/as, processo que teve a duração de mais de três (3) séculos e teria tornado o Brasil, o maior representante da diáspora negra escravocrata do mundo.

O retorno do Brasil, para a África apresenta uma particularidade que o distingue de outras potências econômicas (Índia e China) na medida em que se dedica, não só no desenvolvimento de parcerias no campo cultural, econômico e industrial, mas se empenha também em instituir quase em toda a África, novas instituições e missões religiosas no continente, servindo de novos mandatários de cristandade para disseminar o Evangelho, junto aos povos africanos o que aproxima o Brasil, por exemplo, da perspectiva adotada por colonizadores europeus durante os séculos XIV e XV, de tentar obstruir a dimensão metafísica dos africanos o que mais tarde, traduziu-se em dominação do corpo e da alma. Todavia, os laços históricos tem sido a principal âncora discursiva amplamente disseminada pela “Diplomacia Cultural Brasileira”, na inserção de suas atividades comerciais e políticas em África, e conta com a cooperação de algumas nações africanas quanto ao seu pleito de vagas em várias instâncias decisórias das Nações Unidas. Enquanto a China, um país cuja realidade cultural é menos aparentada com a África, também tem conseguido se instalar, diga-se de passagem, até de forma mais visível em todos os países africanos, com destaque para a maciça

presença dos seus cidadãos em todos os países daquele continente. Os chineses têm a seu favor o poderio econômico e gozam da prerrogativa de possuir assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, com direito a veto, e rapidamente tem conseguido interferir em todos os setores de desenvolvimento econômico e industrial no continente africano, negociando e até mesmo “ditando” as suas regras.

Por fim, a Índia, país que apesar de seu avanço no campo tecnológico e de ter se juntado ao Brasil e à China, na reconfiguração moral e econômica dos países centrais, sustenta uma presença relativamente tímida no continente africano, principalmente nos países da África Ocidental. A sua presença e ação fazem-se sentir com certo relevo nos países da África Austral: Namíbia, Madagáscar, Moçambique e África do Sul. Convém frisar que, apesar das relações entre os países africanos e a Índia terem alcançado maior visibilidade e de resultar na assinatura de uma variedade de acordos de cooperação nas últimas décadas, a Índia dirigiu-se para a África com um certo privilégio em relação à China e em certa medida ao Brasil, na medida em que possui um contingente significativo de seus descendentes “índo-africanos” naquele continente, decorrente de encontros que remontam séculos, resultando na formação da diáspora indiana em vários países no continente africano, onde hoje muitos dentre eles estão ligados aos setores importantes da administração estatal e empresarial compondo parte das burguesias nacionais constituídas.

Entretanto, qualquer que seja a prerrogativa que esteja favorável ou contra a campanha destas “novas potências” econômicas mundiais periféricas, todas desenvolvem ações em África, tendo aquele continente

como estratégico econômica, política, demográfica e geograficamente importante para uma variedade de questões que criam atmosfera favorável às “trocas” essenciais para sustentação de crescimentos em curso destas potências, o que de alguma forma revela que nenhuma parceria inclusive educacionais é totalmente neutra. Deste modo, a presença dos estudantes africanos nas universidades brasileiras não pode ser restringida a um discurso político paternalista e gratuita que, tende dar visibilidade apenas aos aspectos históricos e culturais que vincule a África, e seus parceiros internacionais contemporâneos: eles são coitadinhos, o Brasil está ajudando. Lamenta-se a persistência do modo penoso em que os sistemas econômicos desenvolvidos e em vias do desenvolvimento exigem dos parceiros sociais, naquele continente um grau de ajuste e de discurso difícil de suportar, revelando ao mesmo tempo uma estranha afinidade cultural ou ação recíproca.

Acordos Educacionais: quando eles chegam ao Brasil

A circulação internacional com fins de estudos, que se deriva de vários Acordos Educacionais entre os países e as instituições, embora parece um fenômeno tão atual, que nasce em muitos casos para atender determinados interesses do Estado através de permutas diretas ou indiretas, ou mesmo como forma de expansão de “Estado-nacional”, não é uma prática recente e nem se atrela à configuração contemporânea dos sistemas de desenvolvimento econômico, embora o estágio atual de globalização tenha de alguma forma imprimido um certo dinamismo para resolver determinadas demandas sociais, econômicas e políticas de sociedades e grupos em todos os lugares.

A base clássica da temática, por exemplo, assinala que a dimensão universal do conhecimento constitui o fator “primordial” para garantir a internacionalização das instituições de educação. Na Europa, a mobilidade para fins de estudos é verificada desde a Idade Média com a criação das primeiras universidades na Bolonha, Paris, Salamanca, Oxford entre outras, assim como os cento e cinquenta (150) estabelecimentos de ensino que compunham a universidade de Tumbuctu no Antigo Império do Mali em África. Essas universidades acolhiam professores e estudantes oriundos de diferentes regiões do planeta, consequentemente alteravam a configuração cultural da região e em especial da comunidade acadêmica.

Em finais de século XIX, alguns estudiosos⁷ demonstram que com o avanço dos Estados nacionais modernos, as universidades sofreram um processo de nacionalização. Contudo, esse processo não eliminou as necessidades de alcance global da produção do conhecimento científico, especialmente no século XX, apesar de as universidades e a própria produção do conhecimento ficarem “submissas às necessidades e influências dos Estados e do mercado” em graus diferentes e no contexto do desenvolvimento de cada país⁸. No Brasil, as atividades universitárias propriamente ditas se iniciaram na década de 1909. Lembramos, desde já que, antes do período novecentista, a escola Naval e Militar, a escola de Medicina, a de Direito e as escolas de Engenharias e outras já operavam na sua plenitude em algumas cidades

⁷ CHARLE, Christophe; VERGER, Jacques. *História das universidades*. São Paulo: Unesp, 1996..

⁸ TRUMBI, Stamenka Uvali. *The Lisbon Recognition Convention: Unesco's contribution to European Integration in the 1990*, p. 39.

⁹ FÁVERO, Maria de L. Albuquerque. *A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968*. Educar em Revista, n 28. Curitiba, julho-dezembro, 2006, p. 57.

brasileiras. Com efeito, constata-se nelas desde o final da década de 1920, a presença de estudantes estrangeiros¹⁰.

No início de anos 40 do século XX, registrou-se um aumento do número de estudantes (Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai) nas universidades brasileiras, intensificando-se a partir daí à necessidade de celebração formal de Convênios educacionais. Até a década de 1960 o Convênio Educacional, se restringia apenas aos países latino-americanos. E, em 1964 o Programa foi ampliado para atender às “exigências internas”, como o único caminho para a criação de um espaço de intersubjetivação, através do diálogo com os países africanos, mas também para responder as demandas destes. Os atores que nele participam são avaliados como:

aluno especial, selecionado diplomaticamente em seu país pelos mecanismos previstos no Protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa. Este visa à cooperação bilateral na área educacional, graduando profissionais de nível superior, dos países signatários dos Acordos de Cooperação¹¹.

O início deste milênio foi crucial para a emergência de uma nova era na vinda dos estudantes africanos para o Brasil. Tal fato deve-se, pela iniciativa política do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. De maneira geral, quase em todos os círculos acadêmicos, por exemplo, o processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior, encontra-se em pauta como parte da estratégia de cada uma delas, na busca por excelência acadêmica e, tem merecido um lugar de destaque na agenda da UNESCO. No Brasil, o processo de exteriorização do

¹⁰ COWEN, Maria de Figueiredo. *Latin American Universities, Academic Freedom and Autonomy: a long term myth?* Comparative Education, 2002, p. 11.

¹¹ Cf. MANUAL - PEC-G, 2000, p. 30.

Ensino Superior organiza-se em forma de convênios e de programas de mobilidades como o Erasmus Mundus, sendo que o mais “propalado” é o Programa Estudante Convênio de Graduação e de Pós-Graduação, que propicia a vinda dos estudantes africanos para o Brasil.

Quando um estudante é selecionado no seu país de origem para vir estudar no Brasil, gera-se uma ampla expectativa na pessoa, que em muitos casos, leva ao ponto inclusive de renovar a esperança de todos os membros da família, na medida em que cada parente, a sua maneira, já começa a vislumbrar a possibilidade de ter alguém da família com o curso superior, o que transforma a maioria dos casos de vinda dos estudantes africanos para o Brasil, mais um projeto familiar do que propriamente um projeto de Estado. Os desafios dos estudantes do convênio iniciam ainda, nos próprio país de origem com falta de informação relativa á cidade e a universidade do destino e, entretanto, como o próprio PEC-G através de suas normas não recomenda aos governos, tanto brasileiro como o de países signatários ou de origem de estudante, de qualquer tipo de custo adicional para o estudante selecionado, caso, por exemplo: dos estudantes de Guiné-Bissau, Benin e Congo, estes chegam ao Brasil, absolutamente desamparados tendo apenas a família como fonte de recurso de sustento, portanto, há casos de estudantes que se deparam com as dificuldades de arcar inclusive com as despesas de passagem ainda no país de origem.

Perante esse fato, às vezes a família mobiliza-se para conseguir os recursos ou dinheiro da passagem área, recorrendo em muitas ocasiões à alternativa da contração de empréstimo e, para aqueles estudantes que têm parentes na diáspora, há casos que estes costumam assumir todas as

despesas de vinda do aluno ao Brasil. Há casos que de fato entristece, por exemplo, assistir o embarque de um estudante em Bissau, com toda a família presente enfraquecida pelas lágrimas, abatida pelo sentimento de saber que não tem condição financeira suficiente para a manutenção do filho/a, mas que o deixa partir em busca de “ser alguém” amanhã. Os estudantes africanos que se dirigem para regiões Norte e Nordeste, geralmente desembarcam em Fortaleza-Ceará e depois seguem para as universidades. Quando chegam à cidade e à universidade de destino, os estudantes deparam-se com a falta de aparato inicial de acolhimento. Muitos se dirigem às reitorias das universidades dali e, são orientados a procurar hotéis e pousadas na cidade, já que a maioria das Universidades Federais do Nordeste, pelas suas normas internas e do próprio Programa, proíbem para todos os efeitos o acesso e permanência dos estudantes de convênio nas residências universitárias. Esta situação mantém-se inalterada até hoje.

Tendo em conta a realidade social encontrada nas cidades e nas Instituições acolhedoras, os estudantes de convênio, desenvolveram diversas estratégias de acolhimento. Quem chega é recebido por aqueles que já estavam na cidade, independentemente da sua origem nacional. Este fato é confirmado por Mauricio Osvaldo, angolano, estudante de Administração da Universidade Federal de Pernambuco. Para ele a maior dificuldade encontrada foi quando, tentou negociar aluguel da casa para morar: “não conhecia ninguém, os proprietários dos apartamentos não confiam na gente, eles exigem documentos demais. Então, se não fossem meus colegas da África seria bem mais difícil, por exemplo, eu sou angolano, mas quando cheguei a Recife

foram os meninos de Guiné-Bissau que me receberam, me deram toda a orientação necessária. Fiquei na casa deles até achar um apartamento para morar e agora hoje eu, também já recebi outras pessoas”.

Essa atitude mostra implicitamente uma solidariedade que tem reflexos mútuos, pois, estes cidadãos palopianos possuem entre si, memórias, histórias individuais e familiares quase idênticas, talvez devido aos fatos inerentes da história colonial comum; sob alguma medida tais, acontecimentos históricos influenciam em diferentes graus a interação entre jovens estudantes africanos no Brasil. Apesar de estarem em trânsito constante, porém, os amigos de uma e de outra comunidade nacional, aqui são referências mútuas fundamentais à sociabilidade destes atores sociais. Quando o estudante supera os primeiros obstáculos, outros percursos se configuram no horizonte, a começar pela regularização da matrícula na universidade.

Por ser um ambiente completamente novo para muitos, este é um momento de grande relevância, pois corresponde ao primeiro momento concreto de realização de um sonho de formação superior, cercado pela expectativa de um encontro agradável com a coordenação, com os professores e servidores do curso e com os novos colegas. Mas, há casos em que o estudante-convênio nem sempre é recebido com votos de boas vindas por parte de alguns funcionários, conforme explica o congolês, Charles Liek, 22 anos, estudante de Odontologia da Universidade Federal de Pernambuco, explica:

quando fui realizar a minha matrícula no curso, o pessoal não quis me matricular. Insisti um pouco, já que estava com toda a documentação completa do convênio em mãos. No meio daquela situação pediram para esperar a

coordenadora chegar. Ela, não demorou muito a chegar, daí analisou toda a documentação e ela me perguntou ‘você tem certeza que vai conseguir estudar aqui?’, respondi que sim. Ela conversou com outras pessoas que estavam perto e, depois pediu que voltasse no dia seguinte. Entre idas e voltas, a minha matrícula só foi realmente possível uma semana depois com a intervenção da Pró-reitoria para Assuntos Acadêmicos da universidade.

Esse episódio parece suscitar uma situação que, a nosso ver, pode ser resumida da maneira seguinte: de um lado, o estudante não tinha “perfil de tipo de gente” que se espera no curso de Odontologia e, por outro, apesar de estar munido de documentação que comprove a sua aceitação diplomática, este não se mostra ser um fato relevante, isto é, estes dois fatores somados levam à busca, por parte da coordenação do curso, de maneira consciente ou não, da manutenção da concepção histórica que se tem do “lugar do preto” na sociedade brasileira. Apesar de avanços da ciência e da tecnologia, note-se que certas crenças criadas e disseminadas ainda no auge do imperialismo do século XIX ainda justificam a negação de alguns grupos. Peter Fry lembra que tais crenças, ainda hoje, possibilitam o preconceito e a discriminação.

A partir dessa ocorrência, podemos imaginar como será a interação e sociabilidade desse estudante ao longo do curso. Pela análise que Alan Kaly fez de situações semelhantes, Charles, durante o curso dedicar-se-á aos colegas, servidores e professores em comprovar constantemente para eles e para si mesmo, de que “não é aquilo que pensam que é”. Florestan Fernandes explicava o preconceito racial contra os negros no Brasil, pelo viés do legado da escravidão. De modo geral, para quem analisa o trânsito dos estudantes africanos no Brasil, é importante levar em consideração a forma pela qual se deu a inserção

do negro na sociedade brasileira, depois da “abolição” e o lugar que hoje, ele frequentemente é encontrado na pirâmide social deste país.

A influência das culturas africanas, ainda se faz sentir de forma profunda nos hábitos e costumes locais e, a África tornou-se uma referência simbólica de afirmação e legitimação da cultura brasileira, paradoxalmente, os sujeitos sociais que descenderam de homens e mulheres africanos escravizado/as enfrentam no Brasil, diferentes níveis de rejeições sociais. Quase todos os estudantes africanos lembram-se da vez que se sentiram discriminados na universidade, salas de aulas, nos ônibus, nas lojas e não raras vezes da violência policial. Entretanto, na cidade e na universidade, esses atores deparam-se ainda com outras situações reais que se somam e os colocam numa prova evidente de desafios para uma rápida integração à cultura local: aprimorar a língua, adequar-se ao estilo de vida e à forma educacional. Em face deste intenso processo a estudante cabo-verdiana de Odontologia da Universidade Federal de Pernambuco, Nadine Delgado, de 21 anos, apela:

Algumas coisas precisam ser trabalhadas. Você chega, fica perdido, não tem ninguém, assim de conversar, não é para dar dinheiro ou dar outra coisa. Não tem ninguém que pergunta “o que está acontecendo”? Você reprova numa disciplina, não tem ninguém que procura saber o que houve com você. Não é para diferenciar porque é africano/a, mas tem coisas que a gente tem mais dificuldade. Acho que falta um pouco de conversa.

Todos os estudantes com os quais conversamos, queixam-se da falta de diálogo com os gestores do Programa sobre os seus cotidianos na universidade. Apesar de próprios estudantes assumirem formalmente a responsabilidade de permanência no Brasil, o que se observa de fato é que vinda para o Brasil, causa em graus diferentes o desenraizamento

precoce com o vínculo familiar destes atores sociais. Tendo na sua maioria entre 18 e 21 anos de idade, o que de alguma forma gera insegurança, a demanda para os encontros regulares com os gestores do Programa, surge da necessidade de suprir a ausência de aparato familiar nesta diáspora.

Niraldo Almeida, 21 anos, estudante cabo-verdiano de Ciências Políticas da Universidade Federal de Pernambuco, vislumbra as dificuldades no próprio sistema curricular brasileiro: “Número elevado de disciplinas, pesado demais”. Ainda mais o mesmo comenta, numa espécie de desabafo: “Para os brasileiros parece fácil estudar, mas para a gente... Acho que existe uma cobrança excessiva de passar em todas as disciplinas. Pela norma vigente o estudante-convênio não pode reprovar duas vezes em uma disciplina”, caso isto, venha a ocorrer poderá ser expulso da universidade.

Os estudantes do PEC-G apresentam dificuldades que vão, desde a falta de recursos financeiros, passando pelo problema de acesso à residência, até a legalização de estadia no país. Importa lembrar, desde já, que a falta de assistência é um mal que não só atinge os estudantes africanos na universidade, mas também os brasileiros. Contudo, no caso dos estrangeiros conveniados vindos das Áfricas, eles possuem especificidades que só tendem a aumentar o problema se for lido com os “clichês homogeneizantes” o que dificulta e fragiliza o próprio processo de aprendizado.

Quando se trata dos estudantes oriundos do continente europeu e os norte-americanos, por exemplo, mesmo sem assumir uma postura

acadêmica participativa, aqui encontram uma condição social e cultural favorável, isto é, são “aceitos quase em todos os lugares de convívio social” dada a “procedência e da pertença cromática”. Lembra-se que a grande maioria destes vêm ao Brasil, no âmbito de diversos Programas de mobilidade dentre eles *Erasmus Mundus*, tendo uma estadia média no país de apenas seis (6) meses, enquanto os da África vinculados ao PEC-G permanecem no Brasil, durante um período de quatro (4) ou cinco (5) anos dependendo da duração do tempo de curso, tendo em muitos deles o apoio quase que unicamente da família.

No que diz respeito à moradia, dada a não admissão dos africanos de convênio nas casas de estudantes universitárias, estes acabam se agrupando em apartamentos alugados, cujas despesas são divididas por cada membro da nova “família”. Ocorre que nem sempre todos têm as mesmas condições de arcar despesas por razões de atraso de mesadas familiares ou de bolsas de governos, o que causa a insatisfação dos proprietários, resultando em muitos casos de despejos.

Observa-se que, mesmo os estudantes que chegam ao Brasil, com as bolsas de seus governos (caso de angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos) passam por situações idênticas. Além da observância dos atrasos de pagamentos, na medida em que se trata de um período de permanência longo “fora de casa”, o custo de vida disparando a cada ano, ao mesmo tempo em que os valores das bolsas não são reajustados, constata-se que há uma perda no valor real da bolsa, isto é, ela vai ficando defasada e, por conseguinte o poder de manutenção diminuindo, acarretando assim na dificuldade de pagamento do aluguel e outras despesas. Além dos fatores citados, lamentavelmente há casos

em que falece o mentor da família do estudante.

Perde então todo o amparo financeiro, o que certamente cria sérios problemas emocionais e psicológicos, acarretando, por sua vez, dificuldades de aprendizagem. Para muitos estudantes a solução podia ser estudar e trabalhar ao mesmo tempo, o que também não colaboraria muito para o seu desempenho acadêmico, mas já lhe daria seu sustento, e, por conseguinte, a garantia da continuidade no país, e por fim a expectativa de concluir o seu curso. Acontece que o estudante-convênio, pelas normas do Programa, é proibido de exercer qualquer tipo de atividade remunerada¹².

Contudo, o que mais lhes preocupam são a ausência de estratégias de acolhimento e de integração, assim como de assistência social e psicológica. Constata-se que antes mesmo das instituições responsáveis pela gestão do Programa encontrar as possíveis soluções de problemas inerentes ao trânsito dos estudantes africanos no Brasil, eles se organizam e por intermédio de várias tertúlias conseguem criar espaços esportivos e festivos de sociabilidades entre si e seus colegas brasileiros. Em todo o Brasil, em particular na cidade: Recife e

¹² Em setembro de 2005, a Secretaria de Ensino Superior (SESu) através de seu Departamento de Política da Educação Superior, desenvolveu o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes), o qual oferece apoio financeiro no valor de um (1) salário mínimo aos estudantes vinculados ao PEC-G e oriundos principalmente dos países africanos. O Promisaes está restrito aos estudantes matriculados nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Somente pode beneficiar-se e manter a bolsa/Promisaes os estudantes com alto índice de aproveitamento escolar e que não exerçam nenhuma atividade remunerada mesmo voltada para fins curriculares ou iniciação científica, o que restringe a formação acadêmica destes em mera instrução e não a “educação”, já que este último compreende os diversos processos de formação envolvendo extensão e pesquisa. É o caso dos estudantes da Guiné-Bissau cuja maioria se mantém no Brasil apenas com os recursos do Promisaes.

Maceió. Estes atores sociais estão organizados, quase que de maneira “natural”, entre si na forma de grupos nacionais. E às vezes no calor do convívio afloram sentimentos de pertença levando-os à exaltação de nacionalidades, resultando em confusões. Exemplos estão nas brigas que acontecem nos torneios de futebol e nas festas africanas. Contudo, a maioria dos interlocutores reconhece nos seus conterrâneos e colegas de outras comunidades nacionais a “amizade verdadeira, os meus melhores amigos são africanos, aqueles que te ajudam de coração”, revela-nos a fala da são-tomense, Abel Castro, estudante de Engenharia Química da Universidade Federal de Alagoas.

A conquista da aparente estabilidade capitaneada pela solidariedade de colegas e amigos, expressa pelas atitudes em ir receber quem desembarca na rodoviária ou no aeroporto, “dar casa para morar” nas primeiras semanas após a chegada, orientar e acompanhar na realização da matrícula, na regularização da permanência, na delegacia da Polícia Federal na cidade de acolhimento, andar pelo *campus* e nos corredores de Centros Acadêmicos e indicar pessoas dentro das comunidades com quem deve estreitar as relações e quem deve por algum motivo ser evitado (há casos em que, quem acolhe, fica encarregado de fazê-lo), são atos carregados de simbolismo e amizade que representam e fortalecem elos entre os estudantes.

Paradoxalmente, muitos dos nossos interlocutores declaram por meio do discurso de que somente conseguiram permanecer no Brasil, graças à generosidade do povo das cidades acolhedoras: “apesar de tudo que acontece com a gente aqui no Nordeste, eu acho que ainda é um privilégio de estar aqui estudando, aqui qualquer problema que não

seja institucional sempre você encontra alguém disposto a ajudar, às vezes você fica até assustado com a intensidade de carinho de pessoas”, admitiu Vladimir Gomes, estudante guineense, Mestre em Sociologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas.

A circulação internacional com fins de estudos caracteriza-se cada vez mais como uma exigência. Desde o início deste milênio várias iniciativas conjuntas têm continuado a reaproximar o Brasil do continente africano e vice-versa, tendendo-se aumentar os fluxos de estudantes para o Brasil. Assim, as instituições terão que habilitar as equipes administrativas com novos conhecimentos e atitudes que lhes permitam lidar de maneira adequada para melhor responder as especificidades de cada grupo que chega, colocando-os em diferentes situações de sociabilidade e de alteridade.

Considerações finais

Consideramos que a vinda dos estudantes africanos para o Brasil faz parte, acima de tudo, de uma tendência global da mobilidade internacional com fins de estudo cuja preferência inicial é se destinar para os países da Europa Ocidental e América do Norte, mas, em muitos casos, escolhem os países como o Brasil, como alternativa por razões variadas. Dentre elas, configura-se a busca de uma formação de fato equilibrada com oferta de conteúdos diversificados e alternados, com base na qual o estudante aprende criticamente sobre a lógica da persistência de várias mazelas sociais em seus contextos em muitos casos atribuídos ao processo colonial. Neste sentido, o Brasil apresenta-se como um bom exemplo para os estudantes oriundos dos países

africanos de língua portuguesa por se tratar de uma nação que tem no seu passado um histórico comum pela razão de ter sido também Colônia de Portugal.

Embora sejam reais as conexões históricas entre este país e os países africanos, aqui os estudantes esbarram-se num conjunto de normas que os impendem a participar da multiplicidade de ações sociais, como forma de compartilhar as experiências sociais ou mesmo da formação de uma consciência coletiva. Neste sentido, a ideia da exteriorização da educação superior e do conhecimento merece ser submetido ao crivo de uma reflexão crítica.

Ouvindo os discursos de vários estudantes, compreendemos em parte a complexidade de fazer parte do (PEC-G). Assim, a vinda dos africanos para o Brasil, não deve ser interpretada tão apenas como um grupo de estudantes especiais por serem selecionados diplomaticamente, sendo, pelo contrário, suscetíveis de riscos, das mais variadas formas de intolerância. Em, todas as universidades brasileiras se verifica, hoje um volume significativo da população estrangeira, fazendo parte do corpo discente, mas, ocorre que certos infortúnios têm acontecido somente e, com uma certa exclusividade com os estudantes africanos espalhados no Brasil, este fato pode ser interessante pelo menos para pensar.

Recebido em: 13/02/2012

Aceito em: 14/04/2012